

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 891.230 - RJ (2016/0079203-9)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **ANDRE ARRUDA LOBATO RODRIGUES CARMO**
ADVOGADOS : **JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES E OUTRO(S) -**
RJ085888
FRANCISCO GRACINDO DE ARAUJO MIRANDA E
OUTRO(S) - RJ153027
AGRAVADO : **EMPRESA BRASILSAUDE COMPANHIA DE SEGUROS**
ADVOGADOS : **ROBERTO FIGUEIRA DE MELLO E OUTRO(S) - RJ028866**
TATIANA TEIXEIRA DE ARAÚJO - RJ125360
MARGARIDA AMORIM MARTINS DA COSTA - RJ102377
HUGO METZGER PESSANHA HENRIQUES - RJ151285

DECISÃO

Em virtude de o e. Min. Marco Aurélio Bellizze ter se declarado impedido para o julgamento dos presentes autos, tornando sem efeitos as decisões pretéritas em decorrência do impedimento, nos termos da decisão de fl. 285 (e-STJ), passo a novo exame do agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão prolatada pelo TJ/RJ inadmitiu o recurso especial com base nestes fundamentos:

- i) não demonstração de violação do art. 535 do CPC/73;
- ii) não demonstração de violação dos arts. 165 e 458, ambos do CPC/73;
- iii) incidência da Súmula 7/STJ; e
- iv) deficiência de fundamentação (Súmula 284/STF).

Entretanto, a parte agravante, limitando-se a reiterar literalmente as razões apresentadas quando da interposição do recurso especial, não impugnou, de maneira consistente, a inaplicabilidade dos seguintes óbices: não demonstração de violação dos arts. 165 e 458, ambos do CPC/73, e deficiência de fundamentação (Súmula 284/STF).

O agravo que não impugna, especificamente, todos os

Superior Tribunal de Justiça

fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora